

Parlamentares pedem verba extra ao governo

Em seis meses, Câmara e Senado gastaram quase todo o dinheiro previsto no orçamento para o ano

HELENA CHAGAS
e ROSA COSTA

BRASÍLIA — Os funcionários da Câmara e do Senado correm o risco de ficar sem salários a partir de setembro, caso o ministro do Planejamento, José Serra, não libere cerca de R\$ 300 milhões para complementar o orçamento do Congresso. As direções das duas Casas constataram que a previsão orçamentária feita em abril do ano passado (R\$ 450 milhões na Câmara e R\$ 338 milhões no Senado) só cobre as despesas até o mês que vem. "Vai faltar dinheiro até para o cafezinho", previu o segundo vice-presidente do Senado, Júlio Campos (PEL-MT).

Campos e o primeiro-secretário da Câmara, deputado Wilson Campos (PSDB-PE), interromperam o recesso parlamentar de julho para definir, com técnicos da Câmara e do Senado, propostas de suplementação que serão apresentadas à Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento nos próximos dias. Em agosto, elas devem ser oficialmente enviadas ao Congresso pelo Executivo para votação. "Se o Serra não concordar, teremos de procurar o presidente Fernando Henrique Cardoso", disse o senador.

A proposta de suplementação orçamentária terá de ser detalhada segundo as várias rubricas do orçamento, que, além dos gastos com pessoal, cobre despesas com passagens e material de escritório, por exemplo. No Senado, já acabaram os R\$ 2,3 milhões destinados a gastos com passagens de parlamentares e pessoas chamadas a depor em comissões par-

lamentares. Os R\$ 5,36 milhões previstos para material de consumo — inclui o cafezinho — também já estão se esgotando.

Para ter sua reivindicação atendida sem demora, os dirigentes da Câmara e do Senado vão argumentar que o orçamento do Congresso e do Tribunal de Contas da União corresponde a apenas 0,5% do Orçamento-Geral da União. Mais da metade do

VAI ACABAR
ATÉ O
CAFEZINHO,
DIZ SENADOR

Dida Sampaio/AF

dinheiro é gasto com pessoal. Além disso, dirão que o Executivo também vai precisar de suplementação orçamentária. Contribuiu para estourar as contas da folha de pagamento do governo e do Congresso o reajuste salarial concedido pelo ex-presidente Itamar Franco a algumas categorias do serviço público no fim de 1994.